



**As implicações do PNAE nas práticas dos agricultores familiares como
geração de oportunidades para o desenvolvimento**

**The implications of the PNAE on the practices of family farmers as a
generation of opportunities for development**

DOI: 10.55905/revconv.17n.1-010

Recebimento dos originais: 01/12/2023

Aceitação para publicação: 02/01/2024

Rosária Cal Bastos

Doutoranda em Economia Doméstica
Instituição: Universidade Federal de Viçosa
Endereço: Viçosa - MG, Brasil
E-mail: rosaria.bastos@ufv.br

Maria das Dores Saraiva de Loreto

Doutora em Economia Rural
Instituição: Universidade Federal de Viçosa
Endereço: Viçosa - MG, Brasil
E-mail: mdora@ufv.br

Magnus Luiz Emmendoerfer

Doutor em Ciências Humanas - Sociologia e Política
Instituição: Universidade Federal de Viçosa
Endereço: Viçosa - MG, Brasil
E-mail: magnus@ufv.br

Gustavo Bruno Pereira de Souza

Mestre em Economia Doméstica
Instituição: Universidade Federal de Viçosa
Endereço: Viçosa - MG, Brasil
E-mail: gustavobsouza@ufv.br

RESUMO

O presente artigo visou identificar, os limites, as possibilidades de atuação de cada ator na efetivação do programa, com foco no desenvolvimento humano e social, considerando operacionalização do PNAE, à luz das Teorias das Redes Sociais, Teoria da Prática Social e do Desenvolvimento. Utilizou-se como procedimento metodológico uma abordagem quanti-qualitativa, com base no estudo de Caso, envolvendo 07 municípios da Zona da Mata Mineira, por meio de 53 entrevistas semiestruturada aplicadas nos agricultores familiares, cujos dados foram analisados através da triangulação de técnicas manuais e automatizadas pelo software IrAMuTeQ e Microsoft Office Excel. Os resultados identificaram que o perfil dos agricultores familiares atende às características que o PNAE busca promover, e apontaram as contribuições e desafios envolvidos no processo da implementação do programa. Evidenciando ainda que a interação dos agricultores familiares nas redes sociais do PNAE pode influenciar suas ações e



percepções, moldando seus comportamentos de acordo com a estrutura em que estão inseridos. Conclui-se que o PNAE desempenha um papel significativo no desenvolvimento humano e social, mas que existem desafios que precisam ser repensados e superados para avançar ainda mais o desenvolvimento da região.

Palavras-chave: agricultor familiar, PNAE, redes sociais, desafios, desenvolvimento.

ABSTRACT

This article aimed to identify the profile, limits, possibilities of action of each actor in implementing the program, with a focus on human and social development, considering the operationalization of the PNAE, in light of Social Network Theories, Social Practice Theory and Development. A quantitative-qualitative approach was used as a methodological procedure, based on a case study, involving 07 municipalities in the Zona da Mata Mineira, through 53 semi-structured interviews applied to family farmers, whose data were analyzed through the triangulation of manual and automated by IrAMuTeQ software and Microsoft Office Excel. The results identified that the profile of family farmers meets the characteristics that the PNAE seeks to promote, and highlighted the contributions and challenges involved in the process of implementing the program. It also highlights that the interaction of family farmers on PNAE social networks can influence their actions and perceptions, shaping their behavior according to the structure in which they are inserted. It is concluded that the PNAE plays a significant role in human and social development, but that there are challenges that need to be rethought and overcome to further advance the region's development.

Keywords: family farmer, PNAE, social networks, challenges, development.

1 INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é identificar os limites, as possibilidades de atuação de cada ator na efetivação do programa, com foco no desenvolvimento humano e social, considerando a implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), à luz da Teoria Ampliada das Redes Sociais e da Teoria do Desenvolvimento, por meio da percepção dos agricultores familiares da Zona da Mata de Minas Gerais.

O PNAE desempenha um papel fundamental na promoção da alimentação saudável e na integração da agricultura familiar na oferta de alimentos para as escolas públicas. Suas transformações ao longo dos anos, especialmente após a Lei n.º 11.947, tiveram um impacto significativo em várias áreas como: o estímulo à Agricultura Familiar ao buscar promover o desenvolvimento desse setor econômico; a qualidade nutricional por meio da inclusão de produtos frescos e locais na alimentação escolar das redes públicas de ensino contribuindo para segurança alimentar; a diversificação da alimentação escolar ao adquirir alimentos diretamente



dos agricultores familiares promovendo assim uma alimentação mais diversificada e culturalmente relevante nas refeições escolares; e o desenvolvimento econômico local ao promover o fortalecimento da agricultura familiar por meio do PNAE; a dinâmica social e a interação nas relações da agricultura familiar com as escolas que visa estabelecer uma conexão mais estreita com os atores e pode fortalecer os laços sociais que promovam uma maior compreensão das realidades rurais; e além da valorização dos produtos locais e da agricultura familiar, ao reconhecer a importância da produção agrícola local e incentivar as tradições alimentares regionais (FNDE, 2023).

Portanto, o PNAE não deve ser analisado apenas sob uma perspectiva econômica, mas também deve considerar uma série de fatores sociais, culturais e alimentares que estão envolvidos nesse contexto. É necessário considerar a relação entre os agricultores familiares e a alimentação escolar no processo de implementação do PNAE em nível local. Pois, a implementação do PNAE não se resume apenas a colocar em prática o que determina a política pública, mas, é necessário considerar as dinâmicas, as interações, as relações, as implicações e influências entre os atores envolvidos (FREITAS, 2017).

Ao pensar na natureza dinâmica das interações sociais e como isso influencia tanto a estrutura das relações quanto as ações dos atores envolvidos na implementação de uma política pública, como o PNAE, é importante entender como ocorre as redes sociais do PNAE. Pois, as redes sociais desempenham um papel basilar na formação das ações e estratégias dos atores sociais (FREITAS, 2017). A Teoria da rede, abordada por Portugal (2006), traz um quadro analítico que ajuda a compreender as redes sociais por meio de três dimensões: forma, conteúdo e normas das redes sociais. A dimensão "forma" refere-se a quem faz parte das redes; a dimensão "conteúdo" trata dos tipos de informações ou fluxos que circulam nas redes; e a dimensão "normas" aborda as regras que regulam a ação dentro dessas redes. Essas dimensões fornecem uma estrutura conceitual para a análise das redes sociais e ajudam a compreender como elas funcionam, permitindo assim uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e das relações entre atores sociais e redes sociais.

Visando complementar a análise das redes sociais será utilizada uma teoria ampliada de Redes Sociais, que procura conjugar os componentes determinantes das redes com os elementos das práticas sociais, dialogando com as categorias de análise de Bourdieu e Giddens especificamente “*habitus*” e “*estruturas*”. Ou seja, a teoria ampliada das redes sociais busca



compreender as redes sociais no contexto da prática social desenvolvida localmente, pois as conexões entre os atores podem ser um recurso valioso para fornecendo informações sobre as interações sociais e as dinâmicas que moldam as contribuições e os desafios da implementação das políticas públicas, como o PNAE. Além de buscar entender, que nesse processo, há possíveis conexões com o desenvolvimento humano, social, local e regional.

Nesse contexto, deve-se entender que o desenvolvimento vai além do aspecto socioeconômico, que o termo é um fenômeno multidimensional que resulta de uma combinação complexa de fatores. Para Amartya Sen, um renomado economista e filósofo indiano, o desenvolvimento é compreendido com um “estado de felicidade” da pessoa humana, contemplando a múltiplas dimensões do desenvolvimento: social, econômica, cultural, política, espacial e histórica. De acordo com o autor o desenvolvimento é analisado por meio da abordagem das capacidades e da liberdade dos indivíduos, ou seja, a capacidade do indivíduo de realizar as ações que deseja e valoriza.

Nesse sentido a mudança de paradigma no campo do desenvolvimento passou a valorizar a qualidade de vida das pessoas, considerando diversas dimensões além do crescimento econômico, conforme alinhado com os ideais debatidos por Amartya Sen, que enfatiza a importância da liberdade e das oportunidades para o desenvolvimento humano e social. Sendo assim, é importante buscar analisar a dinâmica e a interação dos agricultores familiares na implementação do PNAE dos municípios da Zona da Mata Mineira, visando compreender se, na percepção dos agricultores familiares, tem contribuído para o desenvolvimento humano e social da região.

A agricultura familiar merece destaque no Brasil, pois na verdade, a agricultura familiar brasileira é responsável por uma parcela considerável de alimentos consumidos no dia a dia das famílias brasileiras (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 2014). Sendo assim, os agricultores familiares são considerados atores estratégicos para maior programa de suplementação alimentar do país, o PNAE, pois se dedicam a realizar trabalhos que beneficiam tanto a agricultura familiar, por meio das compras de sua produção local, quanto fortalece as condições de reprodução social e alimentar dos alunos da rede pública de ensino.

Desta forma, ao combinar a compreensão das redes sociais, a práticas sociais e as teorias do desenvolvimento, é possível criar estratégias mais eficazes para o progresso econômico,



social, humano e ambiental de uma região específica. Além de focar nas dinâmicas e interações relacionadas a operacionalização do PNAE, a partir do processo de execução da compra de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar e como esses atores se relacionam e influenciam na operacionalização do programa, quais são as redes sociais e a relação das práticas sociais, para que seja promovido o empoderamento dos mesmos, além do desenvolvimento da região da Zona da Mata mineira.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa em questão trata-se de um estudo de caso, de natureza, quanti-qualitativa, que fez uso da entrevista semiestruturada e da observação, no contexto dos 07 (sete) municípios da Zona da Mata der Minas Gerais, sendo os seguintes municípios: Cajuri, Jequeri, Luisburgo, Mercês, Orizânia, Rio Novo e Volta Grande.

As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas durante os meses de junho a setembro de 2022, com cada um dos agricultores familiares envolvidos direta e indiretamente ao PNAE, totalizando 53 entrevistados dos sete municípios selecionados pertencentes a região da zona da Mata de Minas Gerais, que consentiram¹ ser entrevistados, os quais foram identificados como Agricultores Familiares (AF). Segundo Marconi e Lakatos (2011) a entrevista é entendida como o encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversa de natureza profissional.

A entrevista semiestruturada contemplava 70 perguntas, que foram divididas em três blocos. O **Bloco 1**, examinou o suporte governamental envolvidos na dinâmica e interação da implementação do PNAE; o **Bloco 2**, abordou sobre as implicações/influências das práticas cotidianas ao acesso das Redes Sociais do PNAE, na percepção dos agricultores familiares e, por fim, o **Bloco 3**, que tratou sobre as contribuições e desafios do PNAE como política pública para o desenvolvimento da região.

A análise das informações coletadas junto aos Agricultores Familiares foi baseada na técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Assim, a partir dos dados coletados e visando identificar os limites, as possibilidades de atuação e o empoderamento de cada ator na efetivação do programa, com foco no desenvolvimento humano e social, considerando a

¹ Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, nº 56151822.4.0000.5153, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa, de acordo com o número de registro nº 5.354.563.



implementação do PNAE, por meio das percepções dos agricultores familiares, iniciou-se com a análise do **Bloco 1**, que foi organizado o corpus geral, constituído pelas 53 entrevistas, as quais foram incorporados ao Software IRAMUTEQ, com o intuito da análise lexicográfica, por meio da Nuvem² de Palavras, visando examinar a dinâmica e a interação da implementação do PNAE, na percepção dos agricultores familiares entrevistados.

A análise do **Bloco 2** foi iniciada realizando uma análise lexical por meio do software Iramuteq com todas as respostas do Bloco 2, gerando um ranking de palavras de aproximadamente 2 mil termos. A partir desse ranking de palavras, foram selecionados os termos que são relevantes para elucidar ou que têm um forte registro na dimensão relacional da rede. Isso implica escolher as palavras-chave que ajudarão a entender as relações entre os agricultores familiares. Os termos selecionados se tornaram Unidades de Registros que foram organizados, em nome ou categorias/subcategorias, utilizando uma planilha do Microsoft Office Excel, criando assim uma estrutura de dados, baseados na Teoria de Redes Sociais de Silva Portugal (2006), que resultou numa figura denominada de Hierarquização. Essa hierarquização aborda os conceitos operacionais das redes sociais definidos por Portugal (2007), que concentra em questões-chave, como "Quem?", "O que?", e "Como?", que permitam entender as redes sociais na perspectiva dos agricultores familiares.

Quando a análise do **Bloco 3**, os dados coletados foram organizados em uma planilha do Microsoft Office Excel e, posteriormente, foram transportados para o Iramuteq, em que foi feita a análise por meio das Nuvens de Palavras³, visando destacar palavras-chave/termos relevantes oriundas do corpus de análise das entrevistas, sobre as contribuições do PNAE como política pública voltada para o desenvolvimento. Sendo assim, no Bloco 3 foram gerada uma Nuvem de Palavra geral com todos os vocabulários das respostas das entrevistas, e em seguida foi gerado 07 (sete) Nuvens de Palavras como as respostas dos respectivos municípios selecionados da Zona da Mata de Minas Gerais, que foram discutidos focando nas contribuições do PNAE em nível local. Logo após, foi realizado a análise da Similitude, que permitiu compreender/identificar conexões e padrões no texto, por meio das ocorrências simultâneas, e desta forma foi possível

³ As Nuvens de Palavras são representações visuais de palavras-chave encontradas em um corpus de texto. Ou seja, é uma análise simples e muito ilustrativa que oferece rápida visualização dos resultados e que pode ser usada em conjunto com outras técnicas de análise de texto para uma compreensão mais profunda dos dados textuais (CAMARGO, 2013).



visualizar, com mais nitidez, a estrutura do conteúdo do corpus textual de uma outra forma, ou seja, possibilitaram compreender/identificar os desafios e a relação do PNAE e seu impacto como política pública para o desenvolvimento humano e social na região da Zona da Mata de Minas Gerais, com foco na perspectiva dos agricultores familiares.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos dados analisados foram organizados quatro pontos para apresentação e discussão, iniciando-se pela apresentação do Suporte das Lideranças Institucionais envolvidas na Dinâmica e Interação da implementação do PNAE. Logo em seguida, abordou sobre as Implicações/Influências das Práticas Cotidianas ao acesso das Redes Sociais do PNAE, na visão do Agricultor Familiar. E, na sequência, buscou-se discutir os desafios e contribuições do PNAE como política pública para o Desenvolvimento.

3.1 SUPORTE DAS LIDERANÇAS INSTITUCIONAIS ENVOLVIDAS NA DINÂMICA E INTERAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PNAE

Para examinar a dinâmica e a interação da implementação do PNAE, na percepção dos agricultores familiares entrevistados, foi feita a análise por meio das Nuvens de Palavras, que contribuiu para a visualização, de forma gráfica, das palavras mais relevante que se destacaram nas entrevistas realizadas. As Nuvens de Palavras possibilitaram registrar a percepção e conhecimento dos agricultores familiares referente as etapas de implementação do processo do PNAE, como eles avaliam a gestão do PNAE, e da contribuição dos seus trabalhos para alcançarem a segurança alimentar e nutricional no contexto das escolas.

No que se refere as etapas do processo de implementação do PNAE, na leitura dos agricultores familiares está ligado a entrega dos seus produtos às escolas e a parceria com a EMATER, que auxiliam na organização dos documentos, conforme apresentado na Figura 01.



Figura 1 – As etapas de implementação e mudanças do PNAE, segundo percepções dos Agricultores Familiares, 2023



Relatos dos Agricultores Familiares

Eu não sei como funciona o PNAE. A gente é convidado a participar pela Emater (AF-09).

Te falar a verdade, não sei. A escola entra em contato com a gente. [...] o diretor liga direitinho, pede se a gente pode entregar [...] a gente vai entregar o produto e eles faz o pagamento direitinho com depósito (AF-16).

a EMATER da explicação e tal dos documentos e vê o que a gente pode entregar, fecha o contrato, entregar tudo (AF-30).

Na verdade, pra entregar na escola, a Associação de Quilombolas, precisou de um documento. (AF-44).

mais ou menos eu sei é tem que comprar do agricultor familiar o que ele produz [...] Eles convidam a gente pra participar dessas reuniões da Chamada pública [...] eles fazem a pesquisa de preço no mercado e leva pra fazer a licitação, e negocia com a gente (AF-29).

Eu participo das reuniões, depois assino o contrato e a Emater faz o projeto, tudo e orienta. (AF-38).

De vez em quando eu participo de reunião, a gente vai e assina o contrato, eles entregar uma lista, um cronograma e deposita o dinheiro na conta da gente. (AF-38).

o contrato é juntamente com as escolas de forma individual (AF-29).

Vejo que teve mudança sim [...] a DAP aumentou o valor que era de vinte passou pra quarenta (AF-42).

Eu comecei em 2020, tem 2 anos, acho que teve mudança, vai mudar pra CAF [...] vai mudar a DAP vai ser o CAF (AF-02).

Fonte: Dados da pesquisa 2023.

É evidente, ao analisar a nuvem de palavras, que os termos “gente”, “entregar”, “escola”, “PNAE” e “participar” são frequentemente mencionados pelos entrevistados, o que ressalta o elo e a importância desses termos na implementação do PNAE. Isso ocorre porque o objetivo principal do programa é proporcionar alimentação escolar aos alunos das escolas públicas por meio da aquisição de produtos provenientes da agricultura familiar.

Entretanto, muitos dos agricultores não conseguem compreender completamente o funcionamento de todas as etapas do PNAE, conforme comprovado nos relatos dos agricultores familiares e na nuvem de palavras (Figura 1). É possível distinguir na nuvem de palavras termos como “não sei”, “reunião”, “EMATER”, “documentação”, “pesquisa de preço”, “contrato”, “cronograma”, “nota fiscal”, “pagamento” e “depositar”, os quais evidenciam a estreita ligação destes termos presentes nas legislações e nas normas para implementação do PNAE.

O “não sei” ou a falta de compreensão de muitos agricultores familiares sobre como o PNAE funciona implica inferir que esse fato pode ser devido à complexidade do programa ou à falta de informações claras e acessíveis sobre seus procedimentos e requisitos, indicando assim



uma áreas de preocupação ou desafios que os agricultores enfrentam ao participar do PNAE, conforme discutido por Valadares et al (2022) ao apresentar os aspectos concretos sobre os desafios e os potenciais associados à inserção dos agricultores familiares em mercados institucionais, como o PNAE, destacando as falhas nos canais de comunicação com os agricultores familiares, requisito esse para adesão dos mesmos ao programa.

No entanto, na leitura dos agricultores familiares os termos **“reunião”, “EMATER”, “documentação”, “pesquisa de preço”, “contrato”, “cronograma”, “nota fiscal”, “pagamento” e “depositar”,** resumi a etapa do PNAE. Os agricultores familiares relataram que *“Eles convidam a gente pra participar dessas reuniões da Chamada pública (AF-29), que a Emater organiza a documentação pra gente, faz o projeto, encaminha pra escola” (AF-42), que as escolas fazem “a pesquisa de preço no mercado e leva pra fazer a licitação, e negocia com a gente” (AF-29), que eles assinam “o contrato de forma individual, e eles dão o cronograma pra gente entregar e depois tem que emitir nota fiscal (AF-49), e por fim as escolas fazem o “pagamento direitinho com depósito no banco ou com o cheque, mais depósito” (AF-16). Processo esse que foi ratificado nos trabalhos de Freitas e Freitas (2020) e De Freitas e De Freitas (2020) ao destacarem a interação e dinâmica na implementação do PNAE localmente.*

Outro ponto de destaque dentro da nuvem de palavra são os termos **“teve mudança”, “DAP”, “aumentar”, “preço”, “ajuda”, “forma individual”,** grupo esse que revela que os agricultores familiares, na sua maioria, apresentam a mesma percepção ou até mesmo similaridade de ideias em relação às mudanças ocorrida no PNAE nos últimos tempos, principalmente, no que se refere ao processo de implementação do PNAE. Para os agricultores familiares, eles acreditam que *“sim que teve mudança, que o PNAE foi amadurecendo, com a questão do tratamento com o próprio agricultor familiar, valorizando o agricultor familiar (AF-48). Eles relatam ainda que “vai mudar a DAP, é a DAP vai ser o CAF” (AF-02), e que “melhorou a questão da DAP, que antes era só vinte mil, agora é quarenta” (AF-41), e que isso é um incentivo a mais, que “pagou melhor, o preço melhorou, esse ano deu para aumentar o percentual” (AF-39).*

A Resolução nº 21, de 16 de novembro de 2021, que aumentou o limite do contrato individual de venda do agricultor familiar para a alimentação escolar de 20 mil para o valor máximo de R\$ 40 mil por DAP Familiar/ano/entidade executora (FNDE, 2023), parece ter tido um impacto positivo na percepção dos agricultores familiares envolvidos. Essa mudança trouxe



benefícios significativos, como maior segurança financeira e satisfação para esses agricultores. Eles agora se sentem mais confiantes em consolidar suas parcerias com as escolas e fornecer produtos de qualidade para as comunidades conforme relatos, “*é aumentou a DAP, podemos vender até 40.000, isso é bom, é mais segurança e aumenta mais a renda um pouquinho* (AF-13), além de “*está cada vez consolidando [...] e as pessoas vão vendo o trabalho da gente, vai vendo que a gente leva um produto de qualidade pra comunidade* (AF-40). Essa mudança beneficia não apenas os agricultores familiares, mas também o mercado institucional, estimulando o crescimento da economia local, gerando mais renda e emprego.

Outro ponto abordado pelos agricultores familiares, seria sobre mudanças nas políticas relacionadas à agricultura familiar e à DAP, que passaria para o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). Segundo MAPA (2023) a CAF agora é um requisito básico para o acesso dos agricultores familiares às políticas públicas de apoio e incentivo à produção agrícola familiar. Isso significa que os agricultores familiares precisam se cadastrar no CAF para poderem receber benefícios e apoio governamental para suas atividades agrícolas.

A Portaria do Ministro de Estado de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) nº 1, de 7 de fevereiro de 2023, entrou em vigor e prorrogou o prazo de validade das DAPs, por mais um ano. Isso significa que as DAPs com vencimento entre 08 de fevereiro de 2023 e 31 de janeiro de 2024 serão automaticamente prorrogadas por 12 meses, permitindo que os agricultores familiares continuem a acessar os benefícios do programa. Pode-se inferir que essas mudanças estão relacionadas aos esforços para apoiar a agricultura familiar no Brasil, facilitando o acesso dos agricultores familiares a políticas públicas e para garantir sua continuidade no programa de apoio, caso do PNAE, conforme corroborado nos trabalhos de De Andrade Gonçalves, Gama e De Medina (2020), Pimentel, Claudino e Dias (2020), Coraçari e Gomes (2023) e Christoffoli et al. (2023).

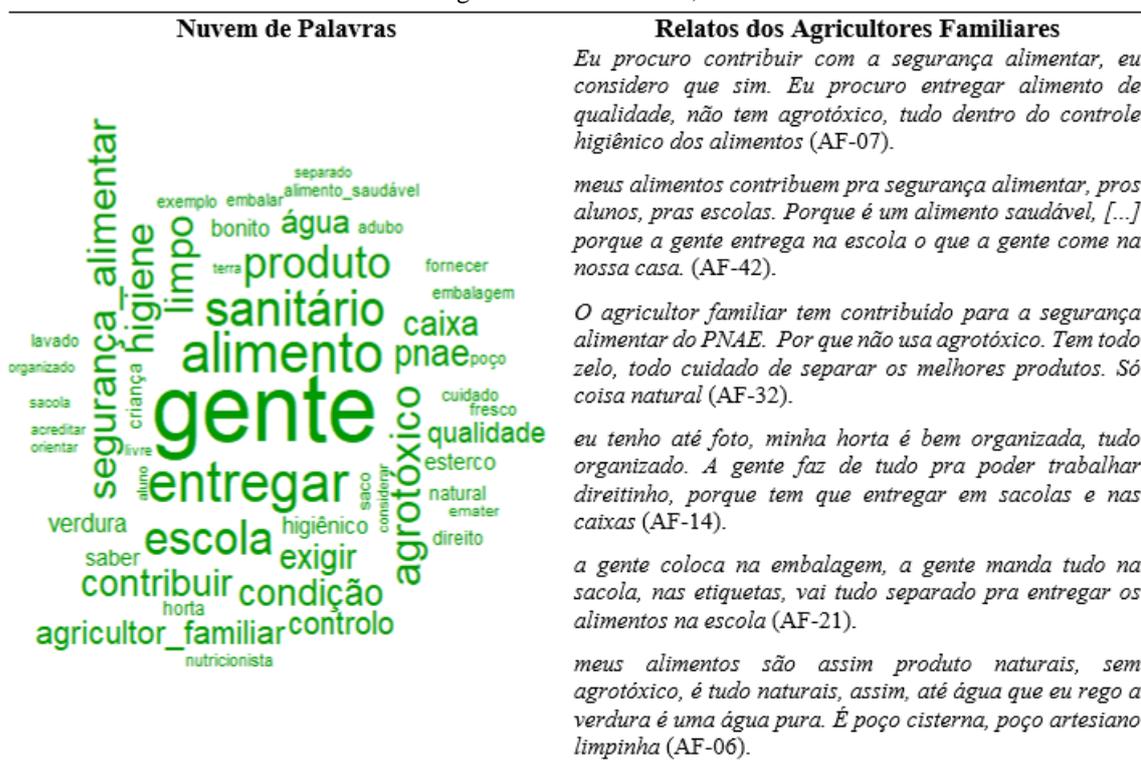
A Figura 2 ilustra a Nuvem de Palavra proveniente da percepção dos agricultores familiares referente a avaliação da gestão do PNAE, destacando a forma de contato e das dificuldades que os gestores tem no processo de implementação do programa.



agricultores familiares sobre o contato que eles têm com a gestão no processo de implementação do PNAE. Os agricultores familiares relatam que entram em “contato com a Emater e na escola é a nutricionista é que eu tenho mais contato[...] para gente entregar os produtos na escola (AF-01), e que os contatos são “pra orientar, pra tirar a dúvida e buscar o retorno (AF-10), além das dúvidas eles buscam “conversar, trocar ideia, [...] isso é bom ajuda a agente, eu procuro andar direito, e participar sempre (AF-32).

Quanto a segurança alimentar, na visão dos agricultores familiares, eles têm contribuído para garantir uma alimentação saudável para os alunos das escolas públicas, conforme destacado na Figura 3.

Figura 3 – Contribuição do Agricultor familiar para Segurança Alimentar por meio do PNAE, segundo percepções dos Agricultores Familiares, 2023.



Fonte: Dados da pesquisa 2023.

Os termos “gente”, “sanitário”, “alimento”, “entregar”, “escola”, “exigir”, “controle”, “agricultor familiar”, “contribuir”, “higiene” e “segurança alimentar”, evidenciam a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional desenvolvida no contexto do PNAE. A estreita relação entre a segurança alimentar e o PNAE é uma iniciativa essencial para



garantir que os alunos tenham acesso a alimentação saudável e adequada durante sua jornada escolar. Ou seja, o PNAE desempenha um papel fundamental na concretização desse direito à alimentação escolar, conforme estabelecido na sexta diretriz do Art. 2º da Lei nº. 11.947 de 16 de junho de 2009. Essa diretriz ressalta a importância de garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com igualdade de acesso, levando em consideração as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde, bem como atendendo às necessidades específicas daqueles que se encontram em vulnerabilidade social (FNDE, 2014). Assim, é importante reforçar que o direito à alimentação escolar é uma política pública desenvolvida em muitos países, incluindo o Brasil, onde o FNDE tem um papel fundamental na promoção da segurança alimentar e nutricional dos alunos, ao investir recursos na compra de alimentos diretamente dos agricultores familiares.

Na percepção dos agricultores familiares, eles vêm contribuindo para segurança alimentar nas escolas, estão sempre preocupados e perguntando se seus alimentos estão atendendo as escolas e se precisam melhorar, e relatam que seus alimentos *“tem ajudado para a segurança alimentar do PNAE”* (AF-18), porque *“são assim produto naturais, sem agrotóxico”* (AF-06), além de estarem *“incentivando os meninos às vezes comer legumes e verdura e fruta”* (AF-23).

Outro aspecto destacado é o cuidado com a entrega dos alimentos, constatado nos termos **"lavado", "limpo", "organizado", "sacola", "caixa", "embalagem" e "separado"**, que demonstra o compromisso dos agricultores familiares em garantir que os alimentos estejam dentro das condições higiênico sanitário quando chegam às escolas, seguindo as orientações e exigências do PNAE. E esse fato é confirmado na verbalização dos agricultores familiares ao dizerem que *“a nutricionista sempre fala pra gente [...] entregar tudo organizado”* (AF-48), *“tudo muito bem arrumado, limpinho, lavadinho”* (AF-19), nas *“embalagens com sacola transparente e etiquetas”* (AF-12), e que não pode entregar os alimentos na *“caixa de madeira, porque agora passou para caixa de plástico”* (AF-51).

Além disso, a presença dos termos **"água", "agrotóxico", "esterco", "poço", "horta" e "EMATER"** sugere que tanto as escolas quanto a EMATER desempenham um papel importante em orientar os agricultores familiares sobre práticas seguras na produção de alimentos, como o uso de água clorada, evitar o uso de agrotóxicos e seguir diretrizes da segurança alimentar. Esse ponto é comprovado nos depoimentos dos agricultores familiares, ao destacarem que *“o alimento chega limpo, a gente lava com água clorada”* (AF-03); que a



EMATER orienta que *“a gente não pode irrigar as verduras da horta com água do rio”* (AF-07), *“orienta que no canteiro da horta não pode usar esterco”* (AF-18), e que *“não pode jogar algum agrotóxico nos alimentos na sua produção”* (AF-04).

A percepção positiva dos agricultores familiares em relação à contribuição deles para a segurança alimentar no contexto do PNAE, demonstra o sentimento de responsabilidade que eles têm ao garantir que os alimentos que fornecem atendam aos padrões de higiene e qualidade exigidos pelas escolas e pelo PNAE. Ou seja, pode-se inferir que os agricultores familiares estão conscientes de sua contribuição para a segurança alimentar e nutricional nas escolas e estão dispostos a tomar medidas para garantir que seus alimentos possam atender aos padrões de qualidade exigidos pelo PNAE, o que é corroborado nos trabalhos de Kate Abreu (2014), Freitas (2017) e Santos e Torres (2022).

3.2 IMPLICAÇÕES/INFLUÊNCIA DAS PRÁTICAS COTIDIANAS AO ACESSO DAS REDES SOCIAIS DO PNAE, NA VISÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR

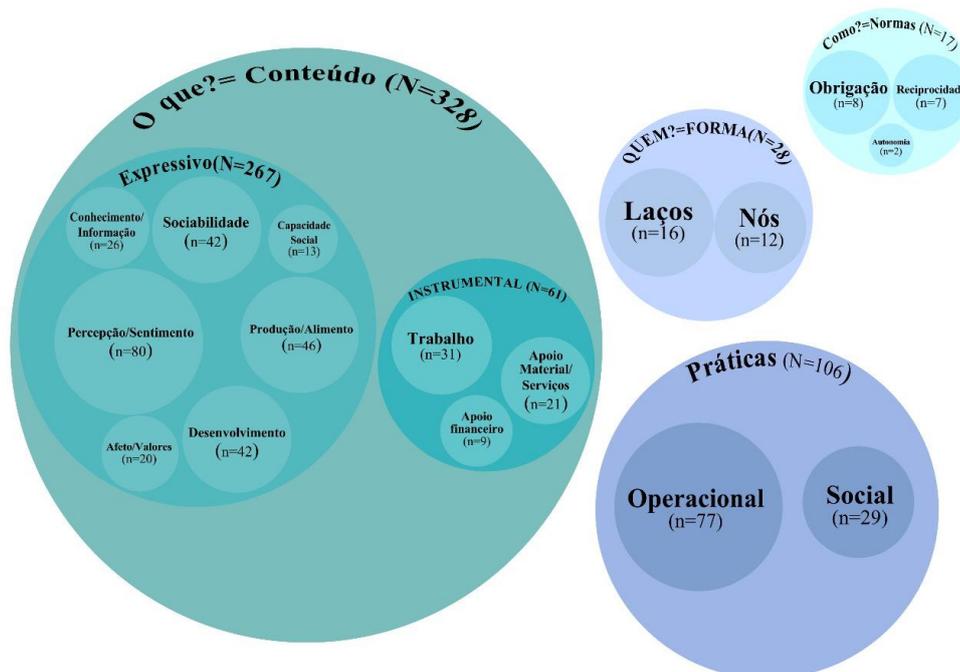
Para entender as implicações e influências das práticas cotidianas no acesso das redes sociais do PNAE, na visão do agricultor familiar, buscou-se concentrar nas experiências e capacidade dos atores envolvidos de colaborarem, negociarem e adaptarem o programa às necessidades e realidades locais. Ou seja, entender como as práticas sociais influenciam o contexto das Redes Sociais do PNAE em nível local. Seguindo a perspectiva da Teoria Ampliada das Redes Sociais, que conjuga as Teoria da Redes Sociais de Silva Portugal (2006) com a Teoria das Práticas Sociais apontadas por Bourdieu (1989) e Giddens (1984), a análise dos “Habitus” (dispositivos internalizados pelos atores) e das “Estruturas” (significado, dominação e legitimação) que existente no comportamento e campos de atuações dos diversos atores, permitem elucidar as práticas sociais e as interações das estruturas de rede no processo de implementação do PNAE.

Nesse contexto, sob a perspectiva dos agricultores familiares, abordou-se como eles percebem as atividades práticas, as regras e as redes sociais que circulam as ações e relações envolvidas no processo de implementação do PNAE. Foram identificados **17 elementos**, como principais assuntos abordados, os quais foram agrupados sob as seguintes categorias: Práticas (Operacional e Social); Conceitos Operacionais da Rede Social do PNAE (**Forma** – Nós/Atores e os Laços; **Conteúdo - Instrumental** = Trabalho, apoio financeiro, material e serviços, e



Expressivo = Desenvolvimento, Sociabilidade, Afeto/valores, Conhecimento/Informação, Capacitação Social e Percepção/Sentimento; Produção/Alimento e **Normas** - Obrigação, Reciprocidade, Igualdade e Autonomia) como pode ser evidenciado na Figura 4.

Figura 4 – Principais elementos da Rede Social do PNAE, na percepção dos agricultores familiares da região da Zona da Mata de Minas Gerais.



Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Para compreender os principais pontos abordados, os **17 elementos** foram analisados visando as **Práticas Sociais entre os atores do PNAE, com foco no “Habitus” e “Estruturas”** juntamente com os **Conceitos Operacionais da Rede Social do PNAE (Portugal, 2006)**, tendo em vista a proximidade entre os assuntos abordados nas investigações, caracterizadas a seguir.

Para analisar as práticas sociais desenvolvidas pelos atores envolvidos no PNAE, foi solicitado aos agricultores familiares que comentassem sobre quais atores faziam parte do processo de implementação do PNAE e como suas ações eram constituídas. Assim, os aspectos visualizados na Figura 5 contempla os conceitos operacionais das redes sociais abordados por Portugal (2006), que considera sua **forma** (quem faz parte das redes?), **conteúdo** (o que? quais os conteúdos dos fluxos das redes?) e as **normas** (como? quais as normas que regulam a sua ação?).



Na leitura dos agricultores familiares, a **Forma** que compõe o PNAE; ou seja, “**Quem faz parte das redes do PNAE**”, está relacionada aos 12 Nós/atores, sendo eles: **Agricultor Familiar, Escola, EMATER, Prefeitura, Sindicato, Município, Nutricionista, Aluno, Conselho de Alimentação Escolar-CAE, Estado, diretor e merendeira**, conforme destacado nos relatos: “*os atores que participam desse PNAE, é escola, é prefeitura, é aluno*” (AF-16); “*O estado, a escola, a Emater, o agricultor familiar, e eu acho que tem o conselho de alimentação*” (AF-07), “*a nutricionista e acho que a merendeira também*” (AF-48) e o “*próprio município*” (AF-09). Agora, referente ao Sindicato, os agricultores familiares perceberam pouca atuação por parte desse Nós/ator no processo de implementação do PNAE, e relataram que “*igual o sindicato, eu quase não tenho contato*” (AF-39), o “*sindicato é mais fraco um pouco*” (AF-51), o “*sindicato faz é tirar a nota*” (AF-32), e “*perdeu um pouco da força*” (AF-24).

A percepção dos agricultores familiares referentes aos atores entrelaçados nas redes sociais do PNAE, demonstra as suas capacidades reflexivas de desenhar as ações de outros agentes/atores como modo determinante da forma que internalizaram suas experiências do mundo externo. Ou seja, os agricultores familiares podem agir de acordo com seu “*habitus*” ao interagirem com outros atores nas redes sociais do PNAE, adaptando suas ações e percepções, além de moldarem seus comportamentos mediante a estrutura que estão inseridos. Essa afirmação é corroborada pelos pensamentos de Bourdieu (1989) e Giddens (1984) ao ressaltarem que a atuação dos agentes/atores na relação com as suas práticas sociais dentro e fora dos espaços institucionalizado está determinado pelo “*habitus*” e “*estruturas*” que compõe seu contexto social.

Nesse contexto dos Nós das redes ligadas ao processo do PNAE, os agricultores familiares apontaram **17 tipos de laços**, que foram estabelecidos entre os atores desse programa, sendo eles: **pai, comunidade, filho, igreja, mãe, irmão, colega, vizinho, amigo, marido, avô, amizade, tio e mulher/esposa**. Para Portugal (2006) a força dos laços deve considerar um conjunto de fatores, como: a pluralidade de conteúdos de troca existentes em um laço, a duração da relação, a intensidade emocional, a intimidade e os serviços recíprocos; além de serem classificados como **fortes ou fracos, positivos e negativos, e ativos e passivos**.

Assim, os **laços fortes e fracos** se baseiam na intensidade, duração de um relacionamento, grau de intimidade e serviços recíprocos. **Os laços positivos e negativos** dizem respeito à natureza dos relacionamentos, sendo que **os laços positivos** são caracterizados por atores que



compartilham objetivos e interesses comuns, enquanto **laços negativos** envolvem diferenças e distinções entre os indivíduos ou entidades envolvidas. Agora, **os laços ativos e passivos** se baseia na frequência e na natureza das interações, visto que **os laços ativos** envolvem interações regulares e diretas, como ajudas mútuas, conselhos, apoio e críticas; e por outro lado, **laços passivos** não envolvem interações cotidianas, mas ainda são importantes para a segurança individual e familiar, pois as pessoas sabem que podem contar com esses laços quando necessário (PORTUGAL, 2006).

Na visão dos agricultores familiares, os laços tecidos pelos Nós das redes ativadas ao processo do PNAE podem ser representados como **fortes, positivos, ativos e passivos**. Neste contexto, os **laços fortes** representam relações sólidas e duradouras entre os agricultores familiares, a EMATER e as escolas, caracterizados por um alto nível de interação e colaboração mútua (**estruturas**), e que tem objetivo comum de fornecer uma alimentação escolar de qualidade (**positivo**) contribuindo de forma ativa e construtiva para eficácia do PNAE. Agora os **laços ativos** envolvem interações constantes e colaborativa entre esses atores, que estão engajados no fornecimento de alimentos saudáveis e na troca contínua de conhecimentos e práticas relacionadas à produção agrícola, contribuindo assim, para a construção de um "habitus" de cooperação e aprendizado conjunto. Já os **laços fracos** referem-se às interações com outros atores envolvidos no PNAE que não fazem parte do núcleo central dos atores, onde interações são mais esporádicas e menos profundas em comparação com os laços fortes e ativos. No entanto, esses atores estão disponíveis para apoio quando necessário, o que os torna **laços passivos**.

Dentre os laços fortes, percebidos pelos agricultores familiares, é importante ressaltar que a relação entre os agricultores familiares, a EMATER e as escolas tornaram-se fundamental para efetivação do PNAE, ao afirmarem que “Agora o que mais se destaca é basicamente o agricultor familiar, a escola e a Emater, é os três que faz acontecer o PNAE (AF-21); que a EMATER “é um vínculo, um elo com a escola nesse processo [...]ela orienta, articula tudo (AF-49); “ela abraça... Abraça a causa (AF-03); que tem “um papel muito importante nesse processo do PNAE (AF-05); e que está sendo “uma conexão entre todos nós com o próprio PNAE (AF-35). Essa relação foi destacada nos trabalhos dos autores, Valadares et al. (2022) e Bastos et al. (2022) que ressaltaram o papel importante da EMATER nesse processo, como uma instituição que desempenha várias funções, como a conexão entre agricultores familiares e escolas; na articulação e intermediação na comercialização, tornando-se uma parceira indispensável para



mediar a entrada da agricultura familiar no PNAE visando garantir condições operacionais e formais para participarem do PNAE.

Desta forma, pode-se inferir que essa análise demonstra a complexidade das redes de sociais, com foco na colaboração, que se formam no âmbito do PNAE. Os laços fortes e ativos são essenciais para o sucesso do programa, pois representam o comprometimento e a cooperação contínua entre os principais atores. Os laços fracos também desempenham um papel importante, pois ampliam a rede de suporte e recursos disponíveis quando necessário, mesmo que suas interações sejam menos frequentes. Essas afirmações estão em consonância com os trabalhos de Campos (2014), Santos (2016) e Freitas (2017), ao buscarem compreender esses diferentes tipos de laços que podem ajudar a fortalecer ainda mais as políticas públicas, como o PNAE, além de melhorar a qualidade da alimentação escolar oferecida aos alunos e o desenvolvimento local.

No que diz respeito ao **conteúdo** dos fluxos das redes (“**O que?**”), foram identificados os conteúdos **expressivos e instrumentais** a que as práticas e os laços dos agricultores familiares permitiram associar, destacando-se respectivamente, **Percepção/Sentimento, Produção, Sociabilidade, Desenvolvimento, Afeto/Valores, Conhecimento, Sentimento, Capacitação Social e Trabalho, Apoio Material/Serviços e Apoio Financeiro**, que são elementos que circulam na rede social do PNAE.

Na visão dos agricultores familiares, o conteúdo expressivo **percepção/sentimento** que circunda as práticas cotidianas no processo de implementação do PNAE ainda é complexa/confusa e complicado, devido a requisitos burocráticos e por falta de clareza, conhecimento e informação sobre como participar efetivamente do programa, conforme relatado “*não sei como funciona esse processo da escola, tem muito documento(AF-29) e “A burocracia do processo de licitação do PNAE é tão grande, que desanima a gente[...] É complicado isso”* (AF-49). Fatos esses encontrados nos trabalhos de Campos (2014) e Santos (2016). Assim é importante simplificar e flexibilizar os procedimentos burocráticos e fornecer orientações claras para que os agricultores familiares possam se envolver mais facilmente no processo de implementação do PNAE.

Entretanto, os agricultores familiares percebem o seu papel no processo do PNAE, ao reconhecem a necessidade de diversificar sua **produção de alimentos** para atender melhor às demandas escolares e entender que por meio da **sociabilidade**, do **conhecimento/informação** e da **capacitação** são caminhos para o desenvolvimento deles, bem como para a eficiência e



eficácia do PNAE. Pois, ao estabelecerem relações interpessoais e a colaboração com outros agricultores familiares e instituições podem criar acordos e facilitar o acesso a recursos e conhecimentos compartilhados. Ou seja, para os agricultores familiares é importante simplificar o processo de implementação do PNAE, promover a diversificação da produção, incentivar a sociabilidade, e investir em capacitação e conhecimento, ações essas que permite desenvolver e contribuir de maneira mais eficaz para progresso da rede social do PNAE, bem como para o desenvolvimento de seu município e região.

Na visão dos agricultores familiares, o **Trabalho, Apoio Material/Serviços e o Apoio Financeiro**, foram os elementos destacados no conteúdo instrumental das redes. Para eles a sua participação no processo do PNAE requer **trabalho** e esforço para cultivar, colher, processar e entregar os seus produtos de acordo com as exigências do programa (**estrutura de significação**), além de garantir o abastecimento constante de alimentos frescos e saudáveis nas escolas, conforme verbalizado “*a gente trabalha o tempo todo* (AF-53); “*A gente faz um esforço danado para plantar e entrega na escola*” (AF-18). Para que isso ocorra, na visão dos agricultores familiares é necessário o **apoio material e serviços** para melhorar a produção e a qualidade dos alimentos que fornecem ao PNAE, como acesso a tecnologias agrícolas, sementes de qualidade, equipamentos adequados, além dos serviços de capacitação e assistência técnica que podem ser fornecidos para ajudá-los a melhorar suas práticas de cultivo e gestão (**estrutura de legitimação**), segundo relatos “*a gente tem que comprar equipamento para plantar* (AF-02); e “*precisa de apoio, de assistência, de incentivar a gente a continuar no PNAE*” (AF-22). Para os agricultores familiares é necessário também, o **apoio financeiro**, “*precisamos de vários tipos de ajuda, como questão financeira*” (AF-17), que pode ocorrer por meio de parcerias, recursos compartilhados, investimento, linhas de crédito ou financiamento (**estrutura de dominação**) que permitam aos agricultores familiares a viabilização dos custos de produção e a expandir suas operações no processo operacional do PNAE.

Mas, é importante destacar que esses conteúdos expressivos e instrumentais, segundo Ferreira (2018) não são exaustivos e podem variar de acordo com as características específicas da rede social do PNAE, bem como, em função das necessidades dos seus atores em nível local. Isso sugere que as redes sociais relacionadas ao PNAE não são padronizadas, e as informações compartilhadas nelas podem abranger uma variedade de tópicos e conteúdo, tanto expressivos (como opiniões e discussões) quanto instrumentais (como informações práticas e recursos). Essa



flexibilidade permite que a rede social do PNAE se adapte às necessidades locais e às características específicas de cada contexto.

Quanto a questão das **Normas**, “como?”, na percepção dos agricultores familiares, destacam-se as normas da **Obrigaç o, Reciprocidade e Autonomia** no processo de implementa o do PNAE. Esses pontos, diz respeito ao que Portugal (2006) destaca que a institucionaliza o das redes produz um conjunto de normas e constr i significados que orientam a a o dos atores e definem sua identidade.

Na leitura dos agricultores familiares, a **norma da Obriga o** refere-se   uma obriga o institucional, ou seja, eles veem o PNAE como uma obriga o institucional, algo que a escola deve cumprir de acordo com a legisla o, conforme comprovado nos relatos “*  uma coisa assim necess ria,   obrigat ria*” (AF-08), “*virou uma obriga o a escola comprar da gente*” (AF-51), “*pela lei, eles s o obrigados a comparar da gente*” (AF-39), sendo um direito deles, “*a gente sabe que   um direito nosso, do agricultor familiar*” (AF-03). Mas, eles tamb m percebem a **norma da Reciprocidade**, tem esse “*relacionamento amig vel, de reciprocidade, um querendo ajudar o outro*” (AF-42); ou seja, a rela o de reciprocidade no contexto do PNAE, significa que h  um relacionamento amig vel e colaborativo entre os agricultores familiares e os atores envolvidos no programa, os quais auxiliam os agricultores familiares na compra de alimentos, na organiza o da burocracia e na cria o de acordos que beneficiem ambas as partes. Por fim, a **norma da Autonomia** refere-se   capacidade dos atores de definirem sua rela o com os outros atores no contexto do PNAE, isso pode estar associado   liberdade de escolherem se querem participar ou n o do PNAE, bem como a autonomia na tomada de decis es relacionadas ao programa.

Essas normas, delimitadas pelas estruturas e percebidas pelos agricultores familiares, mostra como o programa influencia suas rela es com outros atores envolvidos. Ou seja, o PNAE n o   apenas uma imposi o/obriga o legal, mas tamb m uma oportunidade de colabora o e autonomia para os agricultores familiares, com base na compreens o das estruturas mentais internalizadas (“*habitus*”) e nas normas que regem o programa (estruturas). Esse fato   explicado por Bourdieu (1989) e Giddens (1984), ao afirmarem que as pessoas interagem com o mundo social e o compreendem por meio do “*habitus*” e “*estruturas*” que possibilitam que as pr ticas sociais se reproduzam ao longo do tempo. Em outras palavras, o “*habitus*” influencia as a es das pessoas, enquanto as estruturas sociais fornecem o contexto no qual essas a es ocorrem, e



nesse contexto das práticas sociais as pessoas moldam suas ações com base nas estruturas que encontram no seu cotidiano.

No contexto das **práticas** desenvolvidas pelos agricultores familiares, no que se refere ao processo de implementação do PNAE, foram destacando a Prática social, em sua dimensão **operacional e social**. A **Prática Operacional** se concentra nas etapas e processos específicos envolvidos na implementação do programa, conforme enfatizada nos seguintes termos: **entregar, vender, preço, alimentos, dificuldade, nota fiscal, DAP, licitação, cronograma, documentação, pagamento, dentre outros**, os quais foram abordados no tópico anterior ao destacarem as etapas do PNAE. Os agricultores familiares expressam a necessidade de maior divulgação e esclarecimento das etapas e procedimentos envolvidos na implementação do PNAE, conforme verbalizados “*faltas, às vezes, uma divulgação maior disso (PNAE), pra gente tá conhecendo todas as etapas*” (AF-29); “*não sei como funciona esse processo da escola*” (AF-18); o que “*limita a participação da gente*” (AF-07). Inferindo-se assim que a falta de conhecimento sobre como o PNAE funciona pode limitar a participação efetiva de outros dos agricultores familiares ao programa, indicando assim a importância de programas de capacitação e conscientização para os agricultores familiares, a fim de melhorar sua compreensão e facilitar sua participação no PNAE, garantindo assim que o programa alcance seus objetivos de apoiar a agricultura familiar e fornecer alimentação de qualidade nas escolas.

No que diz respeito às Práticas Sociais, os agricultores familiares usam uma série de termos para descrever suas experiências e abordagens em relação ao PNAE como: **conselho, jeito, experiência, acordo/negociação, prático, papo, costume, passado, convívio, história, cultura, dentre outros**. Esses termos remetem o “*habitus*” dos agricultores familiares dentro das estruturas disponíveis no contexto de suas práticas sociais, vivenciadas por eles no processo de implementação do PNAE que são pautadas pelas relações que os mesmos constroem (Freitas (2017). Na visão de Giddens (1984) as práticas sociais envolvem interações realizadas por agentes/atores (neste caso, agricultores familiares) por meio de várias atividades, e que essas interações são moldadas por crenças, valores, conhecimentos e condutas que influenciam a maneira como os agricultores familiares atuam em grupos ou comunidades específicas, dependendo do contexto em que se encontram.

Esses termos confirmam o que Bourdieu (1989) e Giddens (1984) abordam ao afirmarem que o “*habitus*” e a “*estruturas*” influencia a maneira como atores pensam, sentem e agem,



moldando suas respostas às pressões e demandas do contexto social em que vivem, como pode ser evidenciado nos seguintes relatos: “*relação social é mais expressivo, porque no convívio acaba criando outros sentimentos dentro com as pessoas[...] transforma a pessoa que está participando[...] gera amizade ali dentro, tem alguns conselhos*” (AF-03); “*A gente toma decisão de ajustar alguns acordos, na questão da entrega, do preço*” (AF-07); “*Mas a gente chega num acordo, conversando, batendo um papo e acertando as coisas.* (AF-17); e “*todos tem seu jeito de fazer, seu costume de plantar, seu melhor jeito de conduzir, tanto pra escola como pra nós*” (AF-51).

Nesse sentido, pode se inferir que a combinação das perspectivas de Bourdieu (1989), Giddens (1984) e Portugal (2006), por meio das práticas sociais, ajuda a explicar como as estruturas sociais afetam as ações e percepções individuais dos atores no contexto do PNAE e como as pessoas, com base em seu "*habitus*", contribuem para a reprodução ou transformação dessas estruturas sociais ao longo do tempo, impactam as redes sociais do PNAE, pois as interações entre os atores do programa podem trazer novas configurações à estrutura social, como por exemplo, as parcerias entre escolas, agricultores familiares locais e órgãos governamentais podem criar redes que promovem a sustentabilidade, a qualidade da alimentação escolar e o desenvolvimento da região.

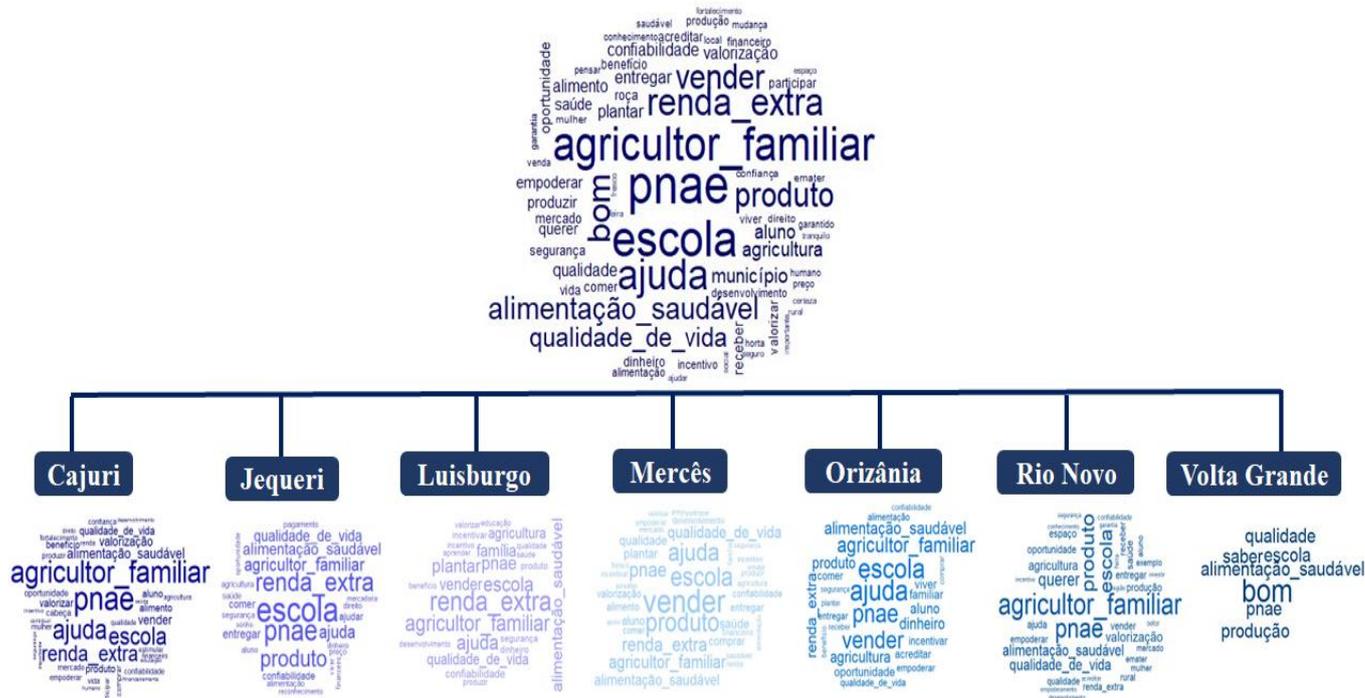
3.3 CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DO PNAE COMO POLÍTICA PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO

O PNAE é uma importante política pública no Brasil, que tem como objetivo fornecer alimentação adequada e saudável para os alunos da rede pública de ensino, além de fortalecer a agricultura familiar buscando ainda o desenvolvimento social, humano e econômico do país, mas, também enfrenta desafios que precisam ser superados. Nesse sentido, busca-se resumir as contribuições que PNAE faz para o desenvolvimento local e regional, bem como os principais desafios enfrentados pelo PNAE como política pública, na percepção dos agricultores familiares dos sete municípios da região da Zona da Mata de Minas Gerais.

No conjunto das análises das percepções dos agricultores familiares foram identificadas algumas contribuições alcançadas no processo de implementação do PNAE, segundo Figura 5.



Figura 5 – Nuvens de Palavras com as Contribuições do PNAE segundo a percepção dos Agricultores Familiares da Zona da Mata de Minas Gerais.



Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Observa-se que a maioria dos municípios pesquisados, os agricultores familiares destacaram os termos **“renda extra”**, **“escola”**, **“ajuda”**, **“alimentação saudável”**, **“qualidade de vida”**, **“valorização”**, **“oportunidade”**, **“vender”** e **“produto”**, como contribuição que eles têm referente ao PNAE, conforme depoimento a seguir:

“o PNAE contribui pra as pessoas crescer na vida, é uma oportunidade, uma ajuda melhor que estimula a gente a um serviço que a gente vê o que plantei e vê o resultado” (AF-06).

“contribui para eu plantar e vender para escola, e saber que vou receber também. É uma venda garantida, o dinheirinho no bolso” (AF-14).

“ajudando a escola e o agricultor familiar [...] porque a escola tem que comprar do agricultor familiar, um produto fresco de qualidade plantado aqui no município. Nossos produtos são os alimentos bons pros alunos, é uma alimentação saudável” (AF-16).

O PNAE contribui com a comercialização do trabalho da gente. Ajuda, porque é uma coisa que ao invés de comprar dos atravessadores dos mercados. Dar oportunidade, o pessoal do município ter uma renda extra, não precisa de sair pra fora” (AF-31).

“Tem contribuído para valorização da agricultura, tem incentivo, tem dindim, cascai caindo. Tem uma alimentação saudável pros alunos” (AF-37).

“Sim, contribui com a qualidade de vida para o agricultor familiar, para as escolas, para o município, e para o desenvolvimento econômico” (AF-50).

Ele contribui com a gente, porque dá segurança de vender o meu produto e receber, isso é uma confiabilidade que o PNAE me dá (AF-53).



Os relatos acima confirmam que os agricultores familiares tem uma percepção positiva em relação ao PNAE, demonstrando diversas razões pelas quais eles participam do programa e as contribuições geradas no processo da implementação do PNAE, como a **estabilidade de mercado, aumento de renda e melhorias na qualidade de vida**. Para os agricultores familiares o PNAE proporciona uma fonte de renda estável para eles, garantindo a compra de seus produtos. Essa renda extra ajuda a reduzir a incerteza financeira que muitos agricultores familiares enfrentam, e com o aumento da renda eles podem investir em suas operações agrícolas, na melhoria da infraestrutura, adquirirem equipamentos melhores e conseqüentemente melhorias nas condições de vida para suas famílias.

Além dessas contribuições, na visão dos agricultores familiares, o PNAE contribui também com a **diversificação da cultura, valorização da agricultura familiar e desenvolvimento local**, conforme corroborado na fala do agricultor familiar, *“eu acho que o programa ajuda no desenvolvimento tanto humano, social, do setor da agricultura. sem dúvida, a gente anima mais a plantar outras coisas, outras culturas para atender as escolas. A gente se sente mais valorizado”* (AF-32).

Na leitura dos agricultores familiares o PNAE contribui também para **garantir alimentos saudáveis para os alunos das escolas e a promover a educação alimentar** por meio do incentivo aos hábitos saudáveis desde a infância, contribuindo assim para o desenvolvimento cognitivo dos alunos, para aprendizagem, para um melhor desempenho escolar, além da prevenção de doenças relacionadas à alimentação, como por exemplo a desnutrição. Pontos esses destacados nos relatos dos agricultores familiares, *“hoje eu vejo que os meninos valorizam muito mais a roça [...] a menina tá comendo, uma banana que veio daqui do agricultor vizinho da sua casa* (AF-07); eles percebem a questão da educação alimentar ao ressaltar que *“a criança já começa lá no início que ela vai pra escola habituar a comer verdura, coisa que muitas vezes não come em casa. Isso pro geral valoriza a agricultura do município e ajuda na saúde da criança* (AF-48); e *“incentiva o aluno a comer verdura, quiabo, porque está vendo o outro está comendo. É uma reeducação alimentar”* (AF-14).

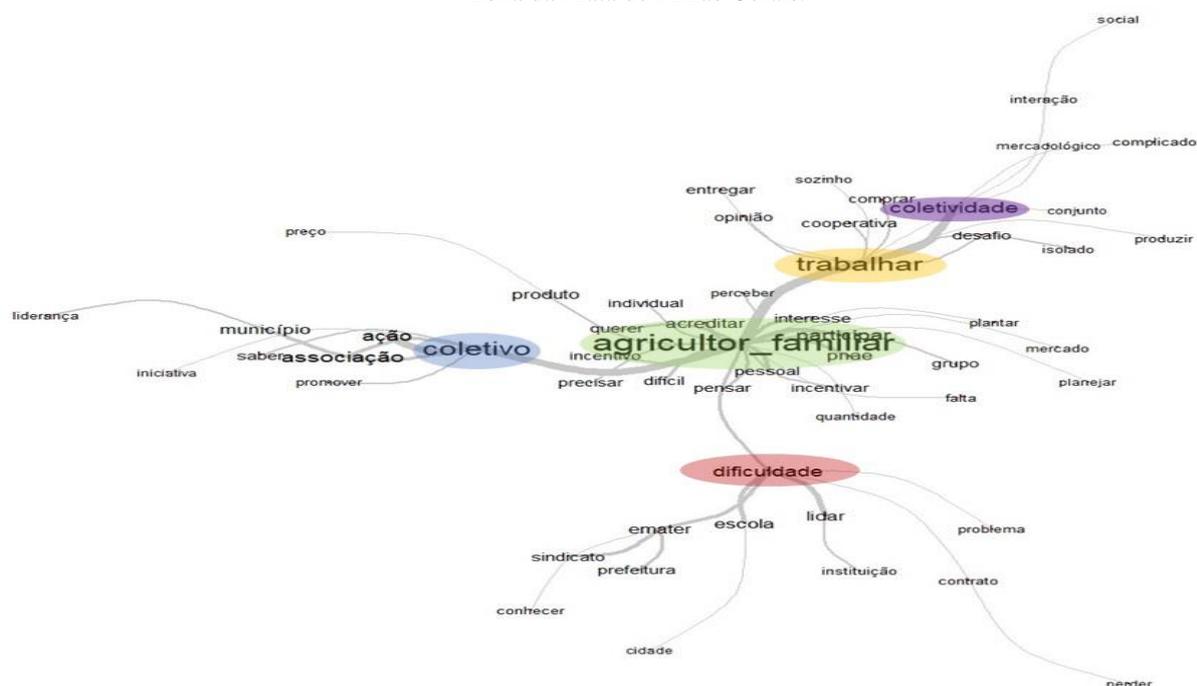
Portanto, o PNAE pode, de fato, representar um instrumento de bem-estar para os agricultores familiares, contribuindo para melhorias em suas condições de vida. Essas contribuições do PNAE podem se resumir em alguns pontos principais, como: estabilidade de mercado, aumento de renda, melhoria na qualidade de vida, melhoria da alimentação escolar;



estímulo à agricultura familiar; diversificação da cultura; valorização da agricultura familiar, promoção à educação alimentar; e o desenvolvimento local e regional. Pontos esses que foram ressaltados pelos agricultores familiares dos sete municípios da Zona da Mata de Minas Gerais.

Entretanto, para a eficácia do PNAE depende da implementação adequada e de um ambiente favorável, pois, o processo de implementação do programa pode variar de região para região e de acordo com a forma como o programa é implementado, sendo que em algumas áreas, podem ocorrer desafios, conforme Figura 6 apresentada a seguir.

Figura 6 – Análise de Similitude dos Desafios e Dificuldades do PNAE na visão dos Agricultores Familiares da Zona da Mata de Minas Gerais.



Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Foi possível perceber a coerência e conexão existente na análise de similitude (Figura 7) que apresentou um conjunto de elementos que expressavam os desafios e dificuldades dos agricultores familiares dos 07 (sete) municípios estudados da Zona da Mata de Minas Gerais. A Análise de Similitude apresentou uma ramificação dos principais termos elencados pelo software Iramuteq, que evidenciaram cinco palavras, “**agricultor familiar**”, “**trabalhar**”, “**coletividade**”, “**coletivo**” e “**dificuldade**”, que se relacionavam e hierarquizavam com outros elementos, em maior e/ou menor grau, dependendo da sua localização no mapa: central ou periférica. Em referência à palavra “**agricultor familiar**”, ancora-se nela, de forma direta e



muito próxima, a palavra “**trabalhar**”, que juntas se subancoram em outros termos, como: “**coletividade**”, “**coletivo**” e “**dificuldade**”, ou seja, há aqui várias dimensões manifestadas, como, por exemplo, a dificuldade dos agricultores familiares em trabalhar no coletivo e não perceber a coletividade da comunidade agrícola, principalmente no contexto do PNAE.

O termo “**agricultor familiar**”, na análise de similitude, tem quatro fortes ligações que também ocuparam certo espaço de centralidade, como: “**querer**”, “**interesse**”, “**participar**” e “**PNAE**”. Esses cinco termos incorporaram, na percepção dos agricultores familiares, o desafio percebido da falta de participação dos agricultores familiares no processo do PNAE, conforme depoimentos, “*vejo a dificuldade do pessoal se interessar mais em organizar essas coisas para escola [...] falta o interesse do pessoal em participar do PNAE*” (AF-31); então o desafios da maioria dos municípios “*seria a falta de produto pra escolas comprarem, a falta de interesse do agricultor em participar, de querer plantar, pra poder entregar pra escola*” (AF-42).

Foram também destacados os termos “**trabalhar**” e “**coletividade**” que estão conectados com outros elementos, como “**isolado**”, “**sozinho**”, “**desafio**”, “**produzir**”, “**cooperativa**”, “**interação**”, “**mercadológico**”, “**complicado**”, e que tiveram presentes nas falas dos agricultores familiares:

“Eu acho que o agricultor gosta de trabalhar mais isolados, a gente gosta de trabalhar mais sozinho” (AF-47);

“Na minha opinião o problema é falta de consciência do agricultor familiar de procurar saber pra trabalhar na coletividade, buscar fazer cooperativa para participar do programa aqui e em outra cidade” (AF-05);

“Tanto nas questões mercadológica, na interação, na situação financeira são coisas complicadas para o agricultor, isso dificulta muito para gente produzir mais para atender as demandas da escola, é isso que vejo de desafio/problema” (AF-36);

“Se a gente conseguisse trabalhar em coletividade a gente ia conseguir comparar matéria-prima mais barata é a gente ia conseguir a cooperativa por exemplo, e atender melhor as escolas/PNAE.” (AF-03).

Os termos citados acima, conectam também com o termo “**coletivo**” que está conjugado com outros seis elementos como “**ação**”, “**associação**”, “**município**”, “**promover**”, “**iniciativa**” e “**liderança**”. Percebe-se, na visão dos agricultores familiares, o desafio da questão da ação coletiva voltada para criação de uma cooperativa ou associação. Vale ressaltar que dos sete municípios pesquisados, apenas um município é caracterizado no grupo da DAP jurídica; ou seja, agricultores familiares que pertencem associação. Portanto, os demais municípios, os agricultores familiares entendem que esses termos representam as dificuldades de atenderem as demandas do PNAE, conforme comprovado nos relatos a seguir:



“Se tivesse uma ação coletiva seria melhor para atender ao programa, com mais produtos diferentes para escola” (AF-15);

“se trabalhar essa questão do coletivo ia ajudar nas questões do mercado, a gente ia comprar e entregar os produtos no caso se tivesse uma associação” (AF-02);

“Acredito que tem algumas dificuldades em lidar com a associação no município, os agricultores é individualista, precisa de ter palestra, quem sabe o município promove algo que desperta a liderança aqui” (AF-48);

“acho que muito pouco que o município vem buscando esse tipo de discussão, de liderança ou de iniciativa coletiva, isso seria muito bom para gente melhorar nossa venda dos produtos pras escolas” (AF-30).

Os desafios supracitados foram apontados nos trabalhos de Freitas (2017), Cardoso et al. (2021), Valadares et al. (2022) e Haroldo et al. 2023 ao destacarem a falta de interesse dos agricultores familiares em aderirem ao PNAE, as dificuldades na oferta de produtos da agricultura familiar às escolas, as barreiras mercadológicas e os desafios para o cooperativismo no Brasil. Além desses desafios, é importante destacar mais três dificuldades relatadas pelos agricultores familiares que seriam a burocracia envolvida no processo do PNAE, o atrasado das chamadas públicas e a questão da logística e de acesso, conforme comprovado nos depoimentos dos agricultores familiares que:

“para conseguir mexer com a papelada, com a parte burocrática é horrível. Todo mundo sabe trabalhar na roça, plantar legume, mas ninguém sabe mexer com computador, tirar uma nota, entrar num sistema, isso é um desafio para gente, desamina até participar do PNAE” (AF-04);

“O maior problema o PNAE é a chamada que atrasa. A chamada pública que atrasa, poderia ser em fevereiro. Poderia ser antes, que aí faz uma programação direitinho com os produtos aqui de plantar” (AF-02).

“O desafio é à distância, onde nós mora é longe. Igual eu falei pra EMATER pra mim sair daqui e ir lá na escola levar é difícil. Muito longe. Tem a questão do custo, né. Se eu for pensa assim, uma couve que eu levar para escola não paga a gasolina” (AF-20).

“o que eu reclamo do PNAE e vejo como dificuldade é a questão das estradas que estão ruim pra gente entregar nosso produto, a prefeitura poderia arrumar, isso ia ajudar muito a gente, nós ia gastar menos petróleo” (AF-52).

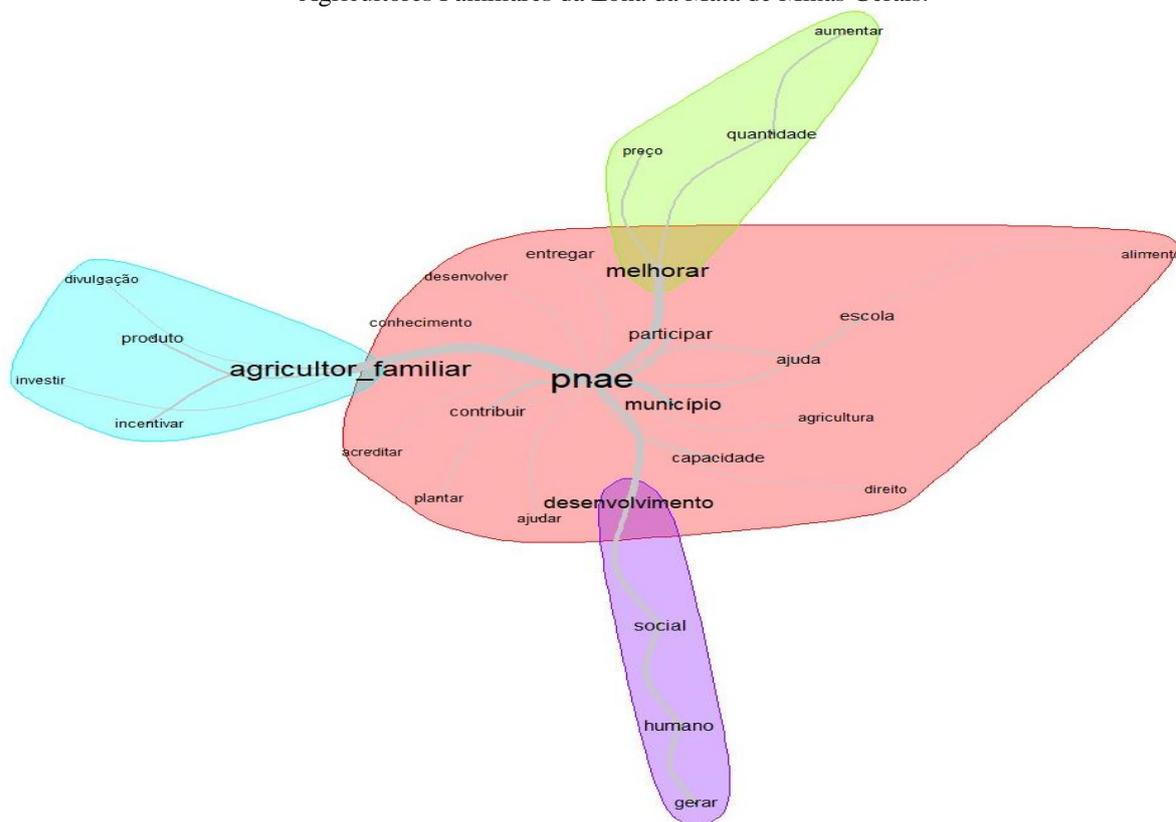
Na leitura dos agricultores familiares são esses os desafios e dificuldades que eles enfrentam no dia a dia ao participarem da entrega de seus alimentos às escolas no contexto do PNAE. Essas barreiras apresentadas pelos agricultores familiares reforça a importância da atuação e articulação bem estruturada entre os atores envolvidos no processo de implementação do programa, que favoreçam o alcance dos objetivos do PNAE. Segundo Freitas (2017) é importante considerar os desafios locais como elementos fundamentais na implementação de políticas públicas, e que esses desafios podem incluir questões relacionadas à comunicação, infraestrutura, condição social local e as conexões e parcerias constituídas. Isso significa que o



contexto local não pode ser visto apenas como aspectos secundários, e sim como um elemento essencial para a compreensão do processo de implementação de políticas públicas. Assim é importante que a política seja constantemente avaliada e aprimorada para atender às necessidades dos envolvidos.

Portanto, as contribuições e os desafios percebidos pelos agricultores familiares na participação do PNAE são importantes e têm impactos significativos na promoção da agricultura familiar e no desenvolvimento humano, social, econômico, local e regional, conforme apresentado na Figura 7.

Figura 7 – Síntese das contribuições e Desafios do PNAE como ações para o Desenvolvimento, na percepção dos Agricultores Familiares da Zona da Mata de Minas Gerais.



Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

A análise de similitude permitiu verificar quatro grupos nas formas geográficas de cores diferentes conforme a Figura 09, percebe-se que o termo “PNAE”, especificamente, no grupo de cor rosa, surge na centralidade da imagem, numa forte relação, por sua vez, com “agricultor familiar”, “melhorar” e “desenvolvimento”, termos esses que destacam novamente a



percepção dos agricultores familiares sobre a subsídios que o PNAE gera para o desenvolvimento humano e social dos municípios estudados.

No que se refere ao termo “**agricultor familiar**”, no grupo de cor azul claro, evidencia a importância do governo em incentivar, divulgar e investir no setor da agricultura familiar, para que os agricultores familiares possam produzir mais para atender as escolas locais e da região. Já no grupo da cor verde, relativo ao termo “**melhorar**”, reforçar a questão de melhorar o preço e aumentar a quantidade de produtos adquiridos dos agricultores familiares, e conseqüentemente, dar subsídios para melhorar a condição de vida e a qualidade de vida dos agricultores familiares. Agora o agrupamento do termo “**PNAE**” nutre ligações com as palavras “**município**”, “**escola**”, “**agricultura**”, “**participar**”, “**ajuda**”, “**contribuir**”, “**desenvolver**”, “**conhecimento**”, “**capacidade**” e “**direito**”, caracterizando um aspecto fundamental do programa que visa fomentar o desenvolvimento local e regional, por meio do processo de aquisição dos produtos provenientes da agricultura familiar do município para escolas.

No que se refere ao termo “**Desenvolvimento**”, destacado no grupo de cor roxa, destaca as palavras “**social**”, “**humano**” e “**gerar**”, termos esses ligados ao grupo do termo “**PNAE**”, o que nos permite inferir que o PNAE tem contribuído significativamente em várias dimensões do desenvolvimento, incluindo o humano, social, econômico, local e regional. Quanto ao **Desenvolvimento Humano** foi evidenciado que o PNAE contribui ao fornecer refeições nutritivas para os alunos, ajudando a melhorar a saúde e o bem-estar de crianças e adolescentes, impactando positivamente no desenvolvimento cognitivo, no desempenho acadêmico e na frequência escolar. Bem como para o desenvolvimento dos agricultores familiares no Brasil, Já no **Desenvolvimento Social**, o programa promove a inclusão social ao garantir que todos os alunos tenham acesso a refeições adequadas, independentemente de sua situação econômica, além da inclusão dos alimentos advindos da agricultura familiar, contribuindo assim, para a redução das desigualdades sociais. No **Desenvolvimento Econômico**, o PNAE contribui quando envolve a compra de alimentos de agricultores familiares locais, impulsionando a economia rural e fortalecendo a agricultura familiar, ao criar oportunidades de emprego e renda nas áreas rurais. E conseqüentemente, o **Desenvolvimento Local e Regional** ocorre ao comprar alimentos dos agricultores familiares; ou seja, o PNAE ajuda a fortalecer as economias locais e regionais, reduzindo a dependência de importações de alimentos e beneficiando as comunidades rurais,



além de melhora a qualidade da alimentação escolar, promovendo a segurança alimentar e nutricional para os alunos das escolas públicas do Brasil.

Na percepção dos agricultores familiares o PNAE tem contribuído significativamente para o desenvolvimento deles, dos alunos e do próprio município, pois como o PNAE eles têm a oportunidade de fornecer seus produtos alimentícios para as escolas, o que gera renda, estabilidade para suas famílias e o reconhecimento dos seus trabalhos. Esses pontos foram relatados pelos agricultores familiares, aos dizerem:

“a gente sente, a confiança no programa, sente que eles reconhecem isso, vejo que tem reconhecimento do meu trabalho” (AF-10); “quando comecei a entregar na escola a gente sente respeito e visibilidade naquilo que a gente trabalha, isso foi uma oportunidade boa pra gente” (AF-49);

Eu acredito que o PNAE promove o desenvolvimento humano e social do setor da agricultura e da região, sim. Ele estimula o agricultor familiar a plantar mais, a trabalhar, a produzir mais, [...] estimula o agricultor familiar a ficar na roça. É uma alternativa para o agricultor familiar produzir e ter onde vender. Tem um mercado para o agricultor familiar. (AF-05);

“vejo que o PNAE é valorização do meu trabalho, fico feliz de ver os alunos come um tipo de verdura que veio do meu trabalho, aí esses meninos ficam forte, e cresce saudável” (AF-14);

“O programa é muito bom, ele ajuda a escola com um alimento fresco para os alunos, ele gera para o município uma economia, gera renda, pro agricultor familiar uma qualidade de vida melhor pra família, a gente começa a vender e a ter uma garantia maior de rendimento” (AF-48).

Os depoimentos dos agricultores familiares indicam uma visão muito positiva do PNAE, e essa visão estão relacionadas ao seguintes pontos: reconhecimento e confiança no programa; estímulo à agricultura familiar; Valorização do trabalho, benefícios econômicos e desenvolvimento humano e social. Ou seja, o PNAE não apenas fornece alimentos frescos para as escolas, mas também gera economia para os municípios e renda para os agricultores familiares, sendo visto como uma iniciativa que promove o desenvolvimento humano e social, tanto no setor agrícola quanto na região em geral, gerando renda, melhoria na qualidade de vida das famílias rurais e fortalece a economia local.

Para Sen (2010), o desenvolvimento vai além do crescimento econômico e da renda per capita, enfatizando a importância da liberdade individual e da capacidade de fazer escolhas como aspectos fundamentais do desenvolvimento. Assim, referente ao processo de implementação do PNAE e sua relação com os agricultores familiares, pode-se inferir que, se esses agricultores familiares tiveram a liberdade, capacidade e meios para fazerem escolhas e participar ativamente do programa, isso pode ter contribuído para melhorar sua qualidade de vida. Desta forma, a



participação no PNAE pode representar uma oportunidade para os agricultores familiares venderem produtos agrícolas para escolas, o que, por sua vez, pode melhorar suas condições de vida, gerar renda e estabilidade econômica.

No entanto, é importante lembrar que a realidade pode ser mais complexa, e a capacidade de fazer escolhas e alcançar uma vida satisfatória pode ser influenciada por diversos fatores, como acesso a recursos, infraestrutura, educação e políticas públicas. Nem todos os agricultores familiares podem ter igualdade de oportunidades no contexto do PNAE, e é importante que as políticas públicas levem em consideração essas desigualdades e trabalhem para garantir a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento para todos.

Nesse sentido, o estudo de Teo et al. (2020) pode contribuir ao fornecer elementos que indicam a importância do PNAE na promoção do desenvolvimento local e oportunidades sociais favoráveis para agricultores familiares, escolas, alunos, comunidades e municípios, gerando novas oportunidades sociais e contribuindo para o desenvolvimento local e regional.

Portanto, pode-se inferir que o PNAE é uma iniciativa que vai além de fornecer alimentos para as escolas, pois tem impactos econômicos e sociais significativos, promovendo o desenvolvimento humano e social e contribuindo para a educação e o bem-estar dos alunos da rede pública de ensino do Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como finalidade identificar os limites, as possibilidades de atuação de cada ator na efetivação do PNAE, com foco no desenvolvimento humano e social, considerando operacionalização do PNAE, à luz das Teorias das Redes Sociais, Teoria da Prática Social e do Desenvolvimento.

Os resultados demonstraram ainda com nitidez que os agricultores familiares estão conscientes da importância de seu papel na implementação do PNAE, e reconhecem sua contribuição para a segurança alimentar e nutricional nas escolas e estão dispostos a tomar medidas para garantir que os alimentos que fornecem atendam aos padrões de qualidade estabelecidos pelo PNAE. Além da percepção positiva dos agricultores familiares das suas responsabilidades e contribuições para garantir os alimentos as escolas, evidenciou também, a importância do suporte das lideranças institucionais no processo de implementação do PNAE, destacando a conexão entre agricultor familiar, escola e EMATER.



É interessante observar que os agricultores familiares ao interagirem nas redes sociais do PNAE, podem adaptar suas ações e percepções de acordo com seu "habitus", moldando seus comportamentos com base na estrutura em que estão inseridos. Ou seja, é por meio das práticas sociais e das interações entre os diferentes atores do programa que ocorrem novas configurações na estrutura social, e que a formação de parcerias entre as partes interessadas, como escolas, agricultores familiares e órgãos governamentais, é vista como um meio para criar redes sociais que promovam a qualidade da alimentação escolar e contribuam para o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento local e regional.

Para maioria dos agricultores familiares, o PNAE é uma iniciativa que vai além de fornecer alimentos para as escolas, pois tem impactos econômicos e sociais significativos em suas vidas, ressaltando como as principais contribuições do programa a estabilidade de mercado, o aumento de renda, a melhoria na qualidade de vida, a melhoria da alimentação escolar; o estímulo à agricultura familiar; a diversificação da cultura; a valorização da agricultura familiar, a promoção à educação alimentar; e o desenvolvimento local e regional.

Entretanto, no decorrer das dinâmicas, das interações e das práticas sociais envolvidas na rede social do processo de implementação do PNAE, é que ocorrem os desafios, as dificuldades e as barreiras, conforme demonstrados pela maioria dos agricultores familiares pesquisado. Eles elencaram como desafios encontrados no processo de implementação do PNAE os seguintes gargalos: excesso de burocracia envolvida no processo do PNAE, atrasado das chamadas públicas, questão da logística e de acesso, falta de interesse dos agricultores familiares em participarem do PNAE, dificuldades para ofertar os produtos diferenciados para escolas e a barreira para criação de cooperativas e associações.

As limitações apresentadas pelos agricultores familiares reforçam a importância da atuação e articulação bem estruturada entre os atores envolvidos no processo de implementação do programa, que favoreçam o alcance dos objetivos do PNAE. Desta forma, as contribuições e os desafios percebidos pelos agricultores familiares na participação do PNAE reforçam que eles tiveram a liberdade, capacidade e meios para fazerem escolhas e participar ativamente do programa, percebendo a melhora da sua qualidade de vida, além de entenderem os desafios que eles precisam ainda sanar.

É importante reconhecer que a realidade pode ser mais complexa e variar de região para região, e que a capacidade dos agricultores familiares de fazer escolhas e alcançar êxito nesse



processo do PNAE pode ser influenciada por diversos fatores, como acesso a recursos, infraestrutura, educação e políticas públicas. Pois, nem todos os agricultores familiares podem ter igualdade de oportunidades no contexto do PNAE, e é importante que as políticas públicas levem em consideração essas desigualdades e trabalhem para garantir a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento para todos.

Desta forma, pode-se inferir que tanto para região da Zona da Mata Mineira, como em outras regiões do país, o PNAE desempenha um papel significativo no combate à fome, no incentivo à agricultura familiar, na melhoria da qualidade da alimentação escolar e no estímulo à educação. Pois, ao comprar alimentos produzidos localmente, o programa promove o desenvolvimento econômico e social, criando mercados para os agricultores da região. Isso, por sua vez, pode fortalecer a economia local, melhorar as condições de vida das comunidades rurais e buscar alavancar o desenvolvimento humano, social, local e regional. No entanto, existem desafios na implementação do programa em nível local que precisam ser repensados e superados para avançar ainda mais o desenvolvimento da região.



REFERÊNCIAS

ABREU, K. D. R. **A implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em municípios de pequeno porte: implicações práticas e teóricas.** 2014. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BASTOS, R. C.; FREITAS, A. F.; LORETO, M. D. S.; PAES, L. F. S. Mercado institucional e PNAE: desvelando aspectos subjacentes ao processo de implementação local. **Argumentum**, v. 14, n. 1, p. 132-149, 2022.

BOURDIEU, P. Structures, habitus, practices. In: BOURDIEU, P. **The logic of practice.** Redwood City: Stanford University Press, 1990. p. 52-65.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; [...] e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm. Acesso em: 09 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Histórico.** Brasília: MEC/FNDE, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>. Acesso em: 17 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).** 31 out. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/publicada-portaria-com-novas-condicoes-para-implementacao-do-cadastro-nacional-da-agricultura-familiar-caf>. Acesso em: 21 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).** Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>. Acesso em: 25 mai. 2023.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: interface de R pour les analyses multidimensionnelles de textes et de questionnaires. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CAMPOS, A. P. T. **Redes sociais, organizações e políticas públicas: interfaces na agricultura do município de Araponga, Zona da Mata de Minas Gerais.** 2014. 195 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.



CARDOSO, E. M. S.; CARVALHO, C. M. R. G.; MORAES, E. C.; SOUSA, M. P.; PAZ, S. M. R. S.; SANTOS, M. M. Desafios na comercialização de produtos da agricultura familiar para o programa nacional de alimentação escolar. **Recima21-Revista Científica Multidisciplinar**, v. 2, n. 8, p. 1-15, 2021.

CHRISTOFFOLI, P. I.; AZERÊDO, R. F.; CHRISTOFFOLI, G. T.; PRESA, R. B. Políticas públicas e a disputa de modelos de desenvolvimento: o PAA e PNAE sob ataque do agronegócio. In: CONGRESSO DE PESQUISADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2021, São Carlos. **Anais...** São Carlos: ABPES, 2021.

CORAÇARI, I. C. S.; GOMES, M. L. M. Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar através do programa nacional de alimentação escolar (PNAE). In: CONGRESSO TECNOLÓGICO DA FATEC MOCOCA, 11, 2023, Mococa. **Anais...** Mococa: FATEC, 2023.

FERREIRA, R. L. A. **Os atores e as redes de desenvolvimento rural na arena programam fábrica do agricultor na microrregião de Foz do Iguaçu-PR**. 2018. 116 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2018.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **The state of food and agriculture: innovation in family farming**. Roma: FAO, 2014.

FREITAS, A. F. **Dinâmicas locais de implementação do programa nacional de alimentação escolar: uma abordagem relacional**. 2017. 222 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

GIDDENS, A. Elements of the theory structuration. In: GIDDENS, A. **The constitution of society: outline of the theory of structuration**. Los Angeles, CA: University of California Press, 1984. p. 1-39.

GONÇALVES, E. C. B. A.; GAMA, A. C.; MEDINA, T. S. Produtos da Agricultura Familiar (AF) nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo: aplicação da verba do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Extensão Rural**, v. 27, n. 2, p. 89-100, 2020.

HAROLD, C. A.; MATTE, A.; VICTORIO, A. M.; LENZ, D. R. Protagonismo de cooperativas agropecuárias de agricultura familiar no Brasil. **Revista Grifos**, v. 32, n. 58, p. 1-20, 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PIMENTEL, W.; CLAUDINO, L. S. D. **Políticas públicas para agricultura familiar: avaliação do acesso ao PRONAF entre feirantes de uma associação de agricultores em Abaetetuba, Pará**. **Desafios-Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins**, v. 7, n. 3, p. 294-303, 2020.



PORRUA, P.; KAZAMA, D. C. S.; GABRIEL, C. G.; ROCKENBACH, G.; CALVO, M. C. M.; MACHADO, P. O.; NEVES, J.; WEISS, R. Avaliação da gestão do programa nacional de alimentação escolar sob a ótica do fomento da agricultura familiar. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 28, p. 426-437, 2020.

PORTUGAL, S. **Novas famílias, modos antigos**. As redes sociais na produção de bem-estar. 2006. 756 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal, 2006.

SANTOS, L. F. **Cooperativismo, políticas públicas e redes sociais**: perspectivas para a promoção do desenvolvimento rural. 2016. 105 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016.

SANTOS, T. T. B.; TORRES, R. L. Efeitos do acesso ao mercado institucional sobre a segurança alimentar e nutricional no município de Almirante Tamandaré, Paraná. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, e257596, 2022.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 410 p.

SILVA, J. M. **As estratégias de reprodução social dos agricultores familiares das comunidades rurais do município de Catalão (GO)**. 2015. 276 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

SOUZA, J.; KANTORSKI, L. P.; LUÍS, M. A. V. Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 25, n. 2, p. 221-228, 2011.

TEO, C. R. P. A.; MOSSMANN, M. P.; TAGLIETTI, R. L.; TRICHE, R. M. Agricultura familiar, alimentação escolar e a geração de oportunidades sociais para o desenvolvimento: experiências catarinenses. **Revista Grifos**, v. 29, n. 49, p. 67-88, 2020.

VALADARES, A. A.; ALVES, F.; GALIZA, M.; LIMA, S. K. O desempenho recente das políticas de compras públicas da produção da agricultura familiar. **Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**, n. 26, p. 385-405, 2019.

VALADARES, A. A.; ALVES, F.; BASTIAN, L.; SILVA, S. P. **Da regra aos fatos**: condicionantes da aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar em municípios brasileiros. Brasília: IPEA, 2022. (Texto para discussão, 2728).